

Funil Energia S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Referentes ao Período de Seis Meses
Findo em 30 de Junho de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Funil Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Funil Energia S.A. ("Companhia"), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

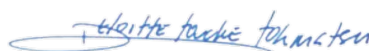
Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias referidas anteriormente não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1).

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2021


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG


Daniel de Carvalho Primo
Contador
CRC nº 1 MG 076441/O-9

FUNIL ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	30/06/2021	31/12/2020	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/06/2021	31/12/2020
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4 (a)	980	1	Fornecedores		69	213
Aplicações financeiras	4 (b)	133	986	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		9	75
Contas a receber de clientes	5	6.462	4.340	Impostos e contribuições a recolher		266	188
Impostos a recuperar		311	254	Provisão para férias e 13º salário		166	113
Despesas antecipadas		5	183	Receita diferida	8	951	584
Outros ativos circulantes		6	-	Provisões para compromissos futuros	10	62	123
Total dos ativos circulantes		<u>7.897</u>	<u>5.764</u>	Dividendos a pagar	7 e 10 (c)	3.651	3.937
				Outros passivos	1.2	<u>1.587</u>	<u>791</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>6.761</u>	<u>6.024</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições diferidos	13	52	27	Provisões para compromissos futuros	10	94	94
Depósitos judiciais		17	17	Provisões para riscos	9	<u>1.099</u>	<u>1.099</u>
Imobilizado	6	61.839	62.955	Total dos passivos não circulantes		<u>1.193</u>	<u>1.193</u>
Intangível		<u>319</u>	<u>372</u>				
Total dos ativos não circulantes		<u>62.227</u>	<u>63.371</u>				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	11 (a)	30.087	30.087
				Reservas de lucros		<u>32.083</u>	<u>31.831</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>62.170</u>	<u>61.918</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>70.124</u>	<u>69.135</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>70.124</u>	<u>69.135</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

FUNIL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação e a quantidade de ações)

	Nota explicativa	30/06/2021	30/06/2020
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	12	18.809	26.753
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Taxas setoriais		(37)	(34)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(521)	(514)
Custos com pessoal		(548)	(505)
Custos com operação		(47)	(61)
Custos com manutenção		(139)	(427)
Custos com meio ambiente		(7)	(1)
Custos com seguros		(184)	(60)
Outros custos		(2)	(5)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	(796)	(693)
Custos com depreciação e amortização		<u>(1.222)</u>	<u>(1.222)</u>
		(3.503)	(3.522)
LUCRO BRUTO		<u>15.306</u>	<u>23.231</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(167)	(250)
Despesas administrativas e gerais		(41)	(37)
Outras despesas operacionais		<u>(15)</u>	<u>(24)</u>
		(223)	(311)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>15.083</u>	<u>22.920</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	13	(4)	(10)
Receitas financeiras	13	<u>7</u>	<u>28</u>
		3	18
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>15.086</u>	<u>22.938</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	14	(603)	(514)
Diferido	14	<u>11</u>	<u>(338)</u>
		(592)	(852)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>14.494</u>	<u>22.086</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,52	0,80
Quantidade média ponderada de ações		27.621.764	27.621.764

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

FUNIL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	14.494	22.086
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>14.494</u>	<u>22.086</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

FUNIL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva especial	Dividendos propostos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		30.087	6.017	10.066	-	-	46.170
Aumento de capital por subscrição realizada - AGE							
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,36 por ação)	11 (c)	-	-	(10.066)	-	-	(10.066)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	22.086	22.086
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,80 por ação)	11 (d)	-	-	-	22.086	(22.086)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020		30.087	6.017	-	22.086	-	58.190
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		30.087	6.017	25.814	-	-	61.918
Aumento de capital por subscrição realizada - AGE							-
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,52 por ação)	11 (c)	-	-	(14.242)	-	-	(14.242)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	14.494	14.494
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,52 por ação)	11 (d)	-	-	-	14.494	(14.494)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021		30.087	6.017	11.572	14.494	-	62.170

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

FUNIL ENERGIA S.A.DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30/06/2021	30/06/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		15.086	22.938
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades gerado pelas atividades operacionais:			
Atualização financeira sobre aplicações financeiras	13	(7)	(28)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	13	-	1
Depreciação e amortização		1.222	1.222
Amortização prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	796	693
Constituição do ajuste MRE	8	648	(10.120)
Apropriação de receita diferida	8	(281)	(911)
PIS e COFINS diferidos sobre ajuste MRE		(13)	403
Provisão para riscos		-	(6)
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(2.122)	(1.150)
Impostos a recuperar		(57)	(27)
Despesas antecipadas		178	53
Outros ativos		(5)	(5)
Fornecedores		(166)	(117)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(66)	(80)
Impostos e contribuições a recolher		(373)	(334)
Provisão de férias e 13º salário		53	37
Pagamento compromissos futuros	10	(61)	(48)
Caixa gerado nas operações		14.832	12.521
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(155)	(141)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		14.677	12.380
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Resgates (aplicações) em aplicações financeiras		860	(1.548)
Aquisição de imobilizado e intangível	6	(30)	(65)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		830	(1.613)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	11 (c)	(14.528)	(9.901)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(14.528)	(9.901)
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		979	866
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	980	867
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		979	866

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

FUNIL ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

INTERMEDIÁRIAS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Funil Energia S.A. ("Companhia" ou "Funil") é uma subsidiária direta da PCHPAR Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 16 de agosto de 2004 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1250, 10º e 11º andares, Coração de Jesus, Belo Horizonte - MG.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nº 361/1999 e nº 191/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos e está localizada no Rio Guanhanês, no Município de Dolores do Guanhanês, em Minas Gerais, com capacidade de licença instalada de 22,5 MW. e uma linha de transmissão em 69 kV com 35 km de extensão.

A contratação da energia gerada é feita pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de maio de 2008.

Em 5 de março de 2008, conforme Despacho ANEEL nº 840, e em 6 de março de 2008, através do Despacho ANEEL nº 864, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, respectivamente, ambas com potência instalada de 11,25 MW, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 22,5 MW e energia anual assegurada de 14,54 MW médios. O término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.

As informações sobre capacidade de licença instalada e em operação, energia anual assegurada e quilômetros de extensão, não foram revisadas pelos auditores independentes.

Essas informações financeiras intermediárias individuais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, divulgadas em 8 de fevereiro de 2021. Mecanismo de Realocação de Energia - MRE

1.1. Mecanismo de realocação de energia - MRE

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a Eletrobrás emitiu comunicado informando os descontos de R\$306. Os valores estão sendo descontados dos faturamentos da Companhia em parcelas mensais (1/12 avos mensais) de janeiro a dezembro de 2021.

1.2. Repactuação do Risco Hidrológico - RRH

A Companhia aderiu à RRH nos termos da Lei nº 13.203/2015 e Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Nesta opção, o gerador do MRE transfere integralmente o risco hidrológico dos contratos regulados de venda de energia mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA) até o final desses contratos.

A partir de julho de 2020, a Eletrobrás informou à Companhia que o prêmio seria efetivado mediante desconto no primeiro pagamento do faturamento mensal das usinas da Companhia, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, aplicado o desconto do faturamento conforme inicialmente informado aos agentes do PROINFA.

Em 24 de agosto de 2020, a Companhia apresentou notificação de controvérsia à Eletrobrás, manifestando a discordância com o procedimento adotado pela empresa no que se refere ao desconto do valor do Prêmio de Risco Hidrológico ("PRH") no pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente (julho/20).

Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobrás se pronunciou sobre a notificação de controvérsia, informando que encaminhou o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, e está avaliando também a necessidade de realização de Consulta à ANEEL para que esta se pronuncie.

Em 11 de março de 2021, a Companhia apresentou manifestação acerca do pronunciamento da Eletrobras ratificando o teor as notificações de controvérsia e reiterando a solicitação quanto ao procedimento de desconto do valor do PRH.

Em 30 de junho de 2021, a companhia possui uma provisão de R\$1.587 constituída no passivo circulante na rubrica "outros passivos" em contrapartida ao resultado na rubrica "prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)". O respectivo efeito no resultado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 montou em R\$796.

1.3. Garantia física

Em 23 de junho de 2015, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou procedente o pedido da ABRAGEL de suspensão das portarias do MME que reduziram a garantia física das centrais não despachadas no período de 2010 a 2015, com base no artigo 6º, incisos I e II da Portaria ("MME") nº 463/2009. O Ministério Minas e Energia ("MME") restabeleceu, por meio da Portaria 267/2015, as garantias físicas de outras PCHs do Grupo Brasil PCH aos seus montantes originais, bem como suspendeu o mecanismo automático de revisão extraordinária de garantia física previsto para todas as Companhias.

Em 23 de novembro de 2015, a Funil obteve decisão liminar restabelecendo, por meio da Portaria MME 383/2015, o montante de sua garantia física.

Em 28 de junho 2019, foi proferida sentença favorável em 1ª instância da liminar obtida em junho de 2015 pela ABRAGEL, abrangendo 12 usinas da Companhia (exceto a Funil), onde o magistrado julgou procedente o pedido da autora de não sofrer revisões de garantia física "automática", conforme Portaria MME 463/2009, bem como anular as Portarias publicadas antes do pedido da referida liminar, retrocedendo seus efeitos e reestabelecendo a garantia física original dos empreendimentos. Adicionalmente, a sentença solicita que seja comunicado à CCEE a respectiva decisão para que ela promova a recontabilização de todo o período afetado, ajustando adequadamente as posições dos agentes afetados.

Em função da garantia física estar vigente em seus montantes originais devido a decisões liminares, os contratos PROINFA retornaram nos montantes originais de energia contratada.

Diante das decisões judiciais favoráveis conforme descrito acima, a Companhia, em junho de 2020, solicitou aos seus assessores jurídicos parecer específico sobre a ação judicial em curso da Funil, considerando também as jurisprudências recentes sobre o tema. Com base na análise efetuada pela Administração, suportada pela opinião de seus assessores jurídicos sobre as ações judiciais para questionar o procedimento automático de revisão extraordinária de garantia física na portaria MME 463/2009, a Companhia concluiu que os valores anteriormente reconhecidos como receita diferida deveriam ser apropriados ao resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 em contrapartida da rubrica “receita líquida”, no montante de R\$11.730, uma vez que os critérios de reconhecimento de receita estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente foram atingidos.

2. BASE DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações financeiras intermediárias da Companhia compreendem as informações financeiras intermediárias individuais e foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações relevantes em relação àquelas divulgadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que devem ser lidas em conjunto com essas informações financeiras intermediárias.

3. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia não realizou alterações significativas na forma e no gerenciamento de riscos em comparativo com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras anuais, individuais, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos	Total
Fornecedores	69	-	-	69
Total	69	-	-	69

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Bancos	<u>980</u>	<u>1</u>
	<u>980</u>	<u>1</u>

b) Aplicações financeiras

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fundos de investimento em renda fixa (i)	<u>133</u>	<u>986</u>
	<u>133</u>	<u>986</u>

- (i) Referem-se às aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 62,83 e 119,41% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia e suas controladas, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte no montante de R\$6.462 em 30 de junho de 2021 (R\$4.340 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia registra o valor a receber referente à energia contratada pelo PROINFA.

De acordo com o contrato celebrado com a ELETROBRAS os pagamentos são realizados em 3 parcelas iguais e consecutivas nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento e no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

A partir de julho de 2020, com o início do pagamento do prêmio de risco hidrológico, a Eletrobrás passou a descontar do pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente, e não como ajuste financeiro no faturamento conforme previsto no contrato PROINFA, no âmbito do MRE, permanecendo em 30 de junho de 2021, na rubrica contas a receber o valor de R\$1.453 até que a controvérsia seja dirimida com a Eletrobrás (vide nota explicativa nº 1.2).

A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base tanto nas características do PROINFA quanto em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas, valendo destacar a neutralidade garantida à ELETROBRAS como administradora do programa.

6. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	30/06/2021	31/12/2020
Terrenos	-	203	-	203	203
Turbina hidráulica	2,50%	8.846	(2.573)	6.273	6.384
Conduto forçado	3,13%	4.085	(1.697)	2.388	2.452
Gerador	3,33%	6.976	(2.906)	4.070	4.186
Comporta	3,33%	1.059	(448)	611	629
Subestação unitária	3,57%	8.880	(4.188)	4.692	4.850
Estrutura de tensão	3,57%	4.470	(1.951)	2.519	2.599
Casa de força produção hidráulica	2,00%	32.793	(8.792)	24.001	24.329
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	18.390	(4.848)	13.542	13.725
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	5.803	(2.337)	3.466	3.547
Imobilizado em curso	-	74	-	74	51
		<u>91.579</u>	<u>(29.740)</u>	<u>61.839</u>	<u>62.955</u>

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início da operação da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

Para os móveis e utensílios e computadores e periféricos, a taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL, ao final do prazo dessa autorização que é de 30 anos, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A prorrogação das concessões e das autorizações de geração de energia hidrelétrica foi regulamentada nos termos da Lei 12.783/2013 e do Decreto 9.158/2017.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos, podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Em 11 de junho de 2021 foi publicada a Lei 14.120/21, a qual dispõe que os titulares de outorga para geração de energia, com prazo de 30 anos, terão seus prazos de autorização contados a partir da declaração de operação comercial da primeira unidade geradora. O ajuste dos respectivos termos de outorga será realizado após apreciação pela Aneel do atendimento aos critérios estabelecidos na referida lei.

Em 8 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/20, que alterou a Lei 13.203/2015, dentre outras, para permitir a compensação aos geradores afetados por efeitos relacionados ao GSF, retroativamente a 2012, por meio da extensão do prazo de suas outorgas, limitada a 7 anos. A legislação foi regulamentada pela ANEEL por meio das Resoluções Normativas 895/2020 e 930/2021. Em 13.07.2021 foi publicada a Lei 14.182, a qual consolidou o direito a extensão também àqueles agentes que repactuaram nos termos da Resolução Normativa 684/2015. O processo de cálculo e homologação das extensões encontra-se em curso na ANEEL / CCEE.

Eventuais efeitos contábeis decorrentes desses assuntos, somente serão refletidos nas demonstrações financeiras mediante aprovação da ANEEL e dos órgãos de governança da Companhia.

A Companhia mediante seus órgãos técnicos reexaminou a metodologia de cálculo das taxas de depreciação utilizadas, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCPSE, com respaldo nas autorizações concedidas, bem como no previsto na lei 13.360/2016, no Decreto 9.158/2017, Nota Técnica ANEEL 062/2018 e na Resolução Normativa ANEEL nº 859/2019, resta claro que está facultado às empresas, a prorrogação do prazo de suas outorgas por período adicional de 30 (trinta) anos, uma única vez, mediante o pagamento pelo Uso do Bem Público e recolhimento da Compensação Financeira Pelo Uso dos Recursos Hídricos.

Portanto, no caso da Companhia, não há, no momento atual, qualquer indício que recomende a modificação das suas práticas contábeis utilizadas para depreciação dos ativos, tendo em vista que os ativos possuem vida útil superior aos prazos das outorgas, que, por sua vez, serão renovadas a partir do ano de 2028, mediante procedimentos e critérios já definidos na legislação, já devidamente regulamentados. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

b) Movimentação do imobilizado

06/2021

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2021</u>
<u>Custo</u>			
Terrenos	203	-	203
Turbina hidráulica	8.846	-	8.846
Conduto forçado	4.085	-	4.085
Gerador	6.976	-	6.976
Comporta	1.059	-	1.059
Subestação unitária	8.880	-	8.880
Estrutura de tensão	4.470	-	4.470
Casa de força produção hidráulica	32.793	-	32.793
Reservatório, barragem, adutora	18.390	-	18.390
Outras máquinas e equipamentos	5.784	19	5.803
Imobilizado em curso	51	23	74
	<u>91.537</u>	<u>42</u>	<u>91.579</u>

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2021</u>
<u>(-) Depreciação</u>			
Turbina hidráulica	(2.462)	(111)	(2.573)
Conduto forçado	(1.633)	(64)	(1.697)
Gerador	(2.790)	(116)	(2.906)
Comporta	(430)	(18)	(448)
Subestação unitária	(4.030)	(158)	(4.188)
Estrutura de tensão	(1.871)	(80)	(1.951)
Casa de força produção hidráulica	(8.464)	(328)	(8.792)
Reservatório, barragem, adutora	(4.665)	(183)	(4.848)
Outras máquinas e equipamentos	(2.237)	(100)	(2.337)
	<u>(28.582)</u>	<u>(1.158)</u>	<u>(29.740)</u>
 Imobilizado líquido	 <u>62.955</u>	 <u>(1.116)</u>	 <u>61.839</u>

06/2020

	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2020</u>
<u>Custo</u>			
Terrenos	189	-	189
Turbina hidráulica	8.856	-	8.856
Conduto forçado	4.090	-	4.090
Gerador	6.986	-	6.986
Comporta	1.068	-	1.068
Subestação unitária	8.880	-	8.880
Estrutura de tensão	4.471	-	4.471
Casa de força produção hidráulica	32.793	-	32.793
Reservatório, barragem, adutora	18.390	15	18.405
Outras máquinas e equipamentos	5.741	34	5.775
Imobilizado em curso	31	20	51
	<u>91.495</u>	<u>69</u>	<u>91.564</u>

<u>(-) Depreciação</u>			
Turbina hidráulica	(2.242)	(111)	(2.353)
Conduto forçado	(1.506)	(64)	(1.570)
Gerador	(2.561)	(116)	(2.677)
Comporta	(397)	(18)	(415)
Subestação unitária	(3.713)	(158)	(3.871)
Estrutura de tensão	(1.712)	(80)	(1.792)
Casa de força produção hidráulica	(7.808)	(328)	(8.136)
Reservatório, barragem, adutora	(4.297)	(183)	(4.480)
Outras máquinas e equipamentos	(2.044)	(98)	(2.142)
	<u>(26.280)</u>	<u>(1.156)</u>	<u>(27.436)</u>
 Imobilizado líquido	 <u>65.215</u>	 <u>(1.087)</u>	 <u>64.128</u>

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Passivo circulante - Fornecedores/Outras contas a pagar</u>		
Brasil PCH S.A. (i)	<u>3</u>	<u>179</u>
	<u>3</u>	<u>179</u>
<u>Passivo circulante - Dividendos a pagar</u>		
PCHPAR Participações S.A.	<u>3.651</u>	<u>3.937</u>
	<u>3.651</u>	<u>3.937</u>

(i) Refere-se a gastos com serviços comuns entre as empresas, os quais são reembolsados através de notas de débito.

As disposições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes.

Remuneração da Administração

No ano de 2021 a remuneração da Administração foi de R\$7 (R\$7 em 30 de junho de 2020).

8. RECEITA DIFERIDA

a) Composição da receita diferida

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Exposição ao MRE (a)	<u>951</u>	<u>584</u>
Total	<u>951</u>	<u>584</u>

b) Movimentação da receita diferida

06/2021

	<u>31/12/2020</u>	<u>Constituição e atualização</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/2021</u>
Exposição ao MRE (a)	<u>584</u>	<u>648</u>	<u>(281)</u>	<u>951</u>
Total	<u>584</u>	<u>648</u>	<u>(281)</u>	<u>951</u>

06/2020

	<u>31/12/2019</u>	<u>Constituição e atualização</u>	<u>Reversão</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/2020</u>
Exposição ao MRE (b)	<u>1.863</u>	<u>172</u>	<u>-</u>	<u>(911)</u>	<u>1.124</u>
Revisão da Garantia Física (c)	<u>10.292</u>	<u>1.438</u>	<u>(11.730)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>12.155</u>	<u>1.610</u>	<u>(11.730)</u>	<u>(911)</u>	<u>1.124</u>

(a) Exposição ao MRE - 2020 e 2021 - Vide maiores detalhes nas notas explicativas nº 1.1.

(b) Exposição ao MRE - 2020.

(c) Garantia Física -Vide maiores detalhes nas notas explicativas nº 1.3.

9. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias e regulatórias.

Em 30 de junho de 2021, o saldo da provisão para riscos tributários e regulatórias era de R\$1.099 (R\$1.099 em 31 de dezembro de 2020). A composição das provisões para riscos está apresentada conforme a seguir:

	<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>
Regulatório	973	973
Tributário	126	126
Total	<u>1.099</u>	<u>1.099</u>

10. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

	<u>31/12/2020</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>30/06/2021</u>
Provisão para medidas compensatórias(b)	123	(61)	62
Provisão para legalização de terras (c)	<u>94</u>	<u>-</u>	<u>94</u>
Total	<u>217</u>	<u>(61)</u>	<u>156</u>
Passivo circulante	123		62
Passivo não circulante	94		94

(a) Provisão para compromissos socioambientais - quando da implantação das PCHs, foi enviado para os órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PACUERA"), que prevê o reflorestamento de áreas. Para cumprir as exigências do PACUERA, a Companhia precisa ainda adquirir ainda as terras a serem reflorestadas. O PACUERA ainda está em processo de aprovação por parte do agente licenciador competente.

(b) Provisão para medidas compensatórias - A licença de operação da Companhia foi obtida junto a SUPRAM/MG em 27 de dezembro de 2007, com prazo de 4 anos, sendo posteriormente prorrogado por prazo indeterminado até que o Órgão Ambiental conclua a análise do processo de renovação. Para obtenção da licença de operação, é necessária a realização de programas ambientais, tais como, programa de educação ambiental, monitoramento de fauna, proteção e manutenção de área de preservação, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros.

(c) Provisão para legalização de terras - A Companhia possui contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no Registro Geral Imóveis ainda precisam ser regularizadas.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado é de R\$30.087 e está representado por 27.621.764 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pertencentes em sua totalidade à PCHPAR - PCH Participações S.A.

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social.

c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Em 18 de fevereiro de 2021 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/AGE) a totalidade dos dividendos propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.480
Dividendos distribuídos	10.066
Dividendos pagos	(9.901)
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>11.645</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.937
Dividendos distribuídos	14.242
Dividendos pagos	(14.528)
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>3.651</u>

d) Proposição de dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$14.494 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2021 (R\$22.086 em 30 de junho de 2020), a ser aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE).

12. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	<u>19.890</u>	<u>16.734</u>
Ajustes:		
Ajuste de Tarifa de Energia de Otimização (TEO)	(393)	740
Recontabilização + Consumo Interno	25	-
Revisão de garantia física	-	10.292
	<u>19.522</u>	<u>27.766</u>

	30/06/2021	30/06/2020
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS corrente	(726)	(610)
PIS e COFINS diferido	13	(403)
		(1.013)
Receita líquida de vendas	18.809	26.753

13. RESULTADO FINANCEIRO

	30/06/2021	30/06/2020
Despesas financeiras:		
Atualização financeira sobre compromissos futuros	-	(1)
Outras despesas	(4)	(9)
	(4)	(10)
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações em renda fixa	7	28
	7	28
Total líquido	3	18

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	30/06/2021		30/06/2020	
	IRPJ (*)	CSLL	IRPJ (*)	CSLL
Receita bruta tributável	19.890	19.890	16.734	16.734
Receita diferida	(368)	(368)	11.032	11.032
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	7	7	28	28
Base de cálculo	1.570	2.350	2.249	3.360
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	393	211	562	302
Diferença de alíquota (*)	(12)	-	(12)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	381	211	550	302
Correntes	(388)	(215)	(330)	(184)
Diferidos	7	4	(220)	(118)

(*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IR é de 15%.

Ativo fiscal diferido

O ativo fiscal diferido da Companhia é composto como segue:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PIS/COFINS diferidos	28	15
IRPJ/CSLL diferidos	33	12
Total	<u>52</u>	<u>27</u>

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças temporárias entre a energia gerada e efetivamente faturada. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando as alíquotas com base no lucro presumido.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Mensurados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	980	1
Aplicações financeiras	133	986
Contas a receber	6.462	4.340
Depósitos judiciais	17	17
Outros ativos	6	-
<u>Passivos financeiros</u>		
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:		
Fornecedores	69	213

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do período, a Administração estimou o cenário I de variação das taxas de juros CDI (6,75%), de acordo com a data de vencimento de cada operação. Tal taxa foi estressada em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II e III, respectivamente.

<u>Operação</u>	<u>Exposição 30/06/2021</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Aplicação financeira	133	Diminuição do CDI	Resultado	9	7	4

16. COBERTURA DE SEGURO

Seguro de responsabilidade civil

Em 28 de abril de 2021, a Companhia contratou cobertura de seguro no valor de R\$4.783 para indenizações por danos civis, com vigência até 28 de abril de 2022, decorrentes de sentença judicial transitada em julgado ou de acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

Em 27 de junho de 2021, com vigência até 27 de junho de 2022, a Companhia renovou a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$128.046, lucros cessantes no montante de R\$48.890, linha transmissão - R\$13.386 e Barragens - R\$46.638.

17. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Reversão da provisão para compromissos futuros		
em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e ativo intangível	-	28
Constituição da provisão para compromissos futuros		
em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e intangível	-	15
Reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado	-	2
Aquisição de imobilizado em contrapartida a rubrica de fornecedores	24	-

18. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 12 de agosto de 2021.

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz
Diretor

Rodrigo Caldas de Toledo Aguiar
Diretor

Contador

Rafael Lopes Carvalhais
CRC MG - 110.880/O-2